

O toma-lá-dá-cá das eleições

- Pesquisa da FGV mostra que, em ano de eleições, a renda dos brasileiros sobe em média 12,1%. Mas a fatura aparece no ano seguinte: o rendimento cai 11,9%. **Páginas 25 e 26**

O RITMO DA RENDA

Salário vira ioiô nas eleições

FGV mostra que ganho médio sobe 12,1% em ano eleitoral, mas encolhe 11,9% depois

Luciana Rodrigues

Eleições à vista, mais dinheiro no bolso. Essa foi a escrita nos últimos 24 anos. Pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV) mostra que, em ano de escolha para presidente e governadores, a renda dos brasileiros sobe em média 12,1%. Mas, como na economia nada vem de graça, a fatura aparece no ano seguinte: após o pleito, o rendimento cai 11,9%.

O levantamento considerou as eleições desde 1982, à exceção de 1994, porque naquele ano, por falta de verbas, o IBGE não realizou sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que é a fonte de informações usada pelo CPS-FGV. Nas últimas duas eleições presidenciais — 1998 e 2002 — o ganho médio de renda foi de 3% para, no

ano seguinte, o brasileiro amargar uma perda de 2%. Ou seja, um movimento menos intenso do que em pleitos anteriores:

— À medida que a nossa democracia amadurece, os ciclos políticos vão ficando menos evidentes na economia — afirma Marcelo Neri, chefe do CPS-FGV.

Na sua avaliação, mais do que os gastos eleitorais com campanha, publicidade, contratação de cabos eleitorais e outros, o que realmente influi no ganho de renda em anos de eleições são as políticas macroeconômicas. Isso era ainda mais explícito nos anos de inflação alta, quando planos de estabilização eram sempre usados como ferramenta eleitoral.

Ipea: 92% das vagas são informais

• Neri cita o Plano Cruzado, em 1986, quando o congelamento de preços segurou temporariamente a inflação até o fim do período eleitoral. Naquele ano, o ganho de renda chegou a 53%. Porém, em 1987, o tombo também foi grande: retração de 27% no rendimento dos brasileiros. Em 1989, o Plano Verão, de cunho expansionista, ajudou na alta de 6% da renda. No ano seguinte, veio o Plano Collor, que confiscou a poupança, e, destaca Neri, só poderia ser implantado mesmo após as eleições. O país entrou em recessão e o rendimento recuou 2%.

— O problema é que, de uma forma ou de outra, a sociedade sempre paga a conta depois — diz.

O economista da FGV destaca que, com o Plano Real e o fim da inflação galopante, as ingerências eleitorais na economia se tornaram mais sutis. Porém, em 1998, o governo só mudou o regime cambial após a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, lembra

Neri. E, em 2002, muitos analistas criticaram a demora do Banco Central (BC) em subir os juros, frente a um dólar que esbarrou em R\$ 4.

Este ano, o reajuste do salário mínimo pode ser visto como uma medida que propicia melhora eleitoral, afirma Neri. Mas o aumento no número de famílias inscritas no Bolsa Família — já são 11,2 milhões — não tem um efeito tão direto, na opinião do especialista:

— O programa atende a famílias com crianças até 15 anos, é um público que não vota.

A mudança de regras para a campanha eleitoral, que proibiu a distribuição de brindes e a propaganda em *outdoors*, deve ter um impacto forte no pleito deste ano, avalia

Marcelo de Ávila, consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea):

— Com as novas regras, algumas atividades temporárias, típicas das eleições, podem ficar inibidas. As gráficas, por exemplo, não terão muito movimento.

De qualquer maneira, acrescenta Ávila, a última Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE mostra um aumento nas vagas informais, o que poderia indicar um aquecimento nesses postos de trabalho temporários,

comuns em período eleitoral. Entre maio e junho, 92% das vagas criadas foram no mercado informal.

O estudo da FGV também investigou que tipo de renda é mais beneficiada em período eleitoral. Nu-

“À medida que nossa democracia amadurece, os ciclos políticos ficam menos evidentes na economia”

MARCELO NERI
Chefe do CPS-FGV

ma série histórica que se inicia em 1992, o estudo constatou que, no conjunto, a renda do brasileiro fica 4,28% maior em anos eleitorais, em comparação a anos em que não há pleito. A renda auferida no trabalho cresce 3,15%, e o rendimento obtido por meio de benefícios previdenciários aumenta 6,89%. O maior impacto ocorre na renda de outras fontes, rubrica que inclui programas sociais como os antigos Bolsa Escola e Bolsa Alimentação e o atual Bolsa Família: alta de 24%.

— Esse é o canal de transmissão, há um oportunismo eleitoral nesses benefícios — diz Neri.

Como o estudo da FGV foi feito com base na Pnad, do IBGE, foi possível captar com maior precisão

os efeitos das eleições. Neri lembra que a Pnad, normalmente, vai a campo no fim de setembro e início de outubro — ou seja, poucas semanas antes da votação.

O calendário eleitoral também se reflete nos indicadores de pobreza. A pesquisa da FGV mostra que a proporção de pobres recuou de 29,59% para 28,29% em 1998, para depois subir a 29,30% no ano seguinte. Nas últimas eleições presidenciais, o vaivém foi parecido: a parcela de pobres na população brasileira recuou de 28,72% para 26,23% em 2002 e, em 2003, voltou a subir, para 27,26%. ■

“Com as novas regras, algumas atividades temporárias, típicas das eleições, podem ficar inibidas”

MARCELO DE ÁVILA
Consultor do Ipea

• FGV: DESIGUALDADE CAI NO TRABALHO, MAS SALÁRIO MÍNIMO INFLUI POUCO, na página 26

Para servidor, avanço salarial chega a 8,81%

• Em anos eleitorais, a renda do funcionário público federal é, em média, 3,63% maior em comparação a anos em que não há votação. Nos estados e municípios, o efeito é ainda maior. O servidor estadual ganha 8,08% a mais em ano eleitoral e o municipal, 8,81%. Os números se referem às médias de renda no período entre 1992 e 2004, mas, por questões metodológicas, não considera as eleições de 1994, porque naquele ano não houve a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

Se a renda sobe, as oportunidades de trabalho no serviço público diminuem. Como a lei restringe contratações em período eleitoral, o estudo da FGV calculou as chances de ocupação no funcionalismo. Na esfera federal, caem em 10%. Nos governos estaduais, a redução é de 14%. Mas, nos municípios, há um aumento residual, de 0,2%.

— O funcionalismo tem mais reajustes às vésperas das eleições. Porém, a possibilidade de haver concursos públicos diminui — explica Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV. (Luciana Rodrigues)

Os efeitos do calendário das votações

VARIAÇÃO NA RENDA MEDIANA DOS BRASILEIROS

O que é renda mediana?

É a linha que separa os 50% mais pobres dos 50% mais ricos da população brasileira. Foi considerada a renda domiciliar "per capita" de todas as fontes. Não foi considerado o biênio 1994/1995 porque o IBGE não realizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 1994.



GANHO MÉDIO DE RENDA EM ANO ELEITORAL

12,1%



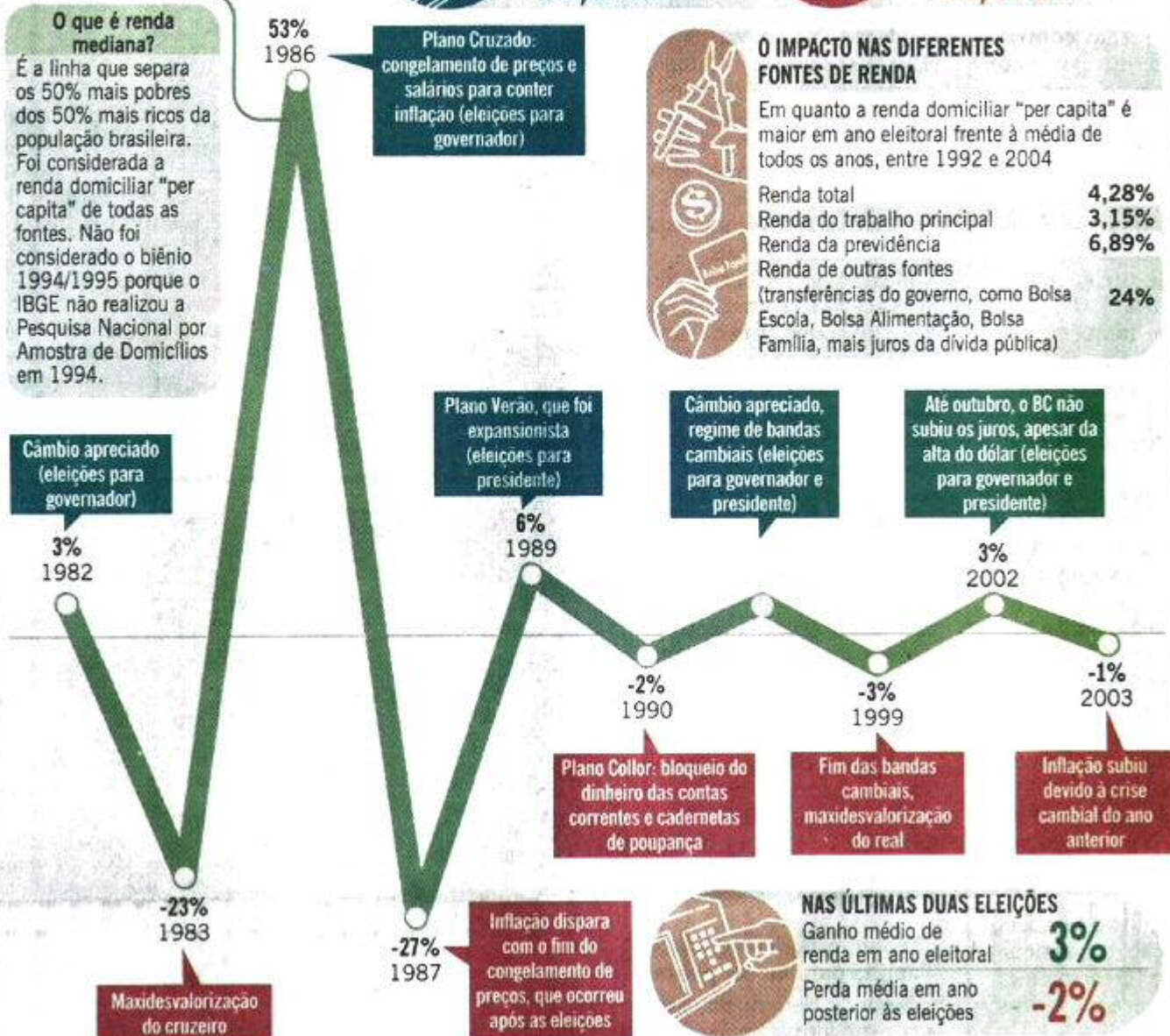
PERDA MÉDIA EM ANO POSTERIOR ÀS ELEIÇÕES

-11,9%

O IMPACTO NAS DIFERENTES FONTES DE RENDA

Em quanto a renda domiciliar "per capita" é maior em ano eleitoral frente à média de todos os anos, entre 1992 e 2004

Renda total	4,28%
Renda do trabalho principal	3,15%
Renda da previdência	6,89%
Renda de outras fontes (transferências do governo, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Família, mais juros da dívida pública)	24%



FONTE: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas

O RITMO DA RENDA: *Trabalhador mais pobre aumentou participação no bolo*

FGV: desigualdade cai no mercado de trabalho, mas mínimo influi pouco

Emprego formal e ampliação das jornadas contribuíram para melhorias

Luciana Rodrigues

• Num comportamento pouco usual para os indicadores sociais brasileiros, a queda na desigualdade de renda nos últimos anos foi influenciada pelo dinamismo do mercado de trabalho. Mas os reajustes do salário mínimo — que este ano teve ganho real de 13% e, em 2005, de 9% — tiveram pouca ou nenhuma influência. É o que diz o estudo "Redistribuição à brasileira: Ingredientes trabalhistas", apresentado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS-FGV). A pesquisa constatou que o trabalhador mais pobre aumentou sua participação no bolo da renda nacional e que o Índice de Gini — termômetro da desigualdade — teve expressiva redução nas seis maiores regiões metropolitanas do país.

Mas essas melhorias foram mais acentuadas em 2004, quando não houve ganho real do salário mínimo. Entre abril de 2002 e junho de 2006, a fatia da renda do trabalho apropriada pelos 50% mais pobres subiu de 10,43% para 12,20%. Porém, o salto maior foi em 2004: de 10,50% para 11,62% entre abril e junho daquele ano. Nesse curto período, o Índice de Gini da renda do trabalho caiu de 0,626 para 0,609 (quanto mais perto de zero, menos desigualdade).

— Até 2004, a desigualdade vinha caindo graças às transferências do governo. Em 2004, a renda do trabalho passou a ter um papel importante — explica Marcelo Neri, chefe do CPS-FGV — Mas foi devido a outros fatores que não o salário mínimo.

Economista defende Bolsa Família para atacar pobreza

Segundo Neri, o aumento do emprego formal, a ampliação das jornadas e uma maior participação dos brasileiros em busca de emprego explicam a melhora no mercado de trabalho. Ele destaca que 2004 foi um ano atípico: o Brasil aproveitou o forte crescimento econômico global. A redução da desigualdade, na sua avaliação, foi superior à vivenciada após o Plano Cruzado e o Plano Real.

Entretanto, os reajustes do salário mínimo, que no passado tinham forte impacto na distribuição de renda, dão sinais de não mais surtirem efeito. E pior: podem estar empurrando trabalhadores para a informalidade ou o desemprego.

Neri constatou que, entre abril e julho de 2005 (o aumento do mínimo foi em maio) houve uma redução de 14,15% nos postos de trabalho formais na faixa salarial entre R\$ 260 (piso antes do reajuste) e R\$ 300 (piso depois do reajuste). Este ano, entre março e junho (o aumento do mínimo foi em abril), a queda de



MARIA JOSÉ Leite conseguiu uma vaga como doméstica por R\$ 525

vagas formais nas faixas salariais mais sensíveis foi de 19,13%.

— O salário mínimo dobrou, em termos reais, desde 1995. Talvez seus efeitos adversos sobre o mercado de trabalho agora já superem os seus efeitos positivos — afirmou Neri.

Renda 'per capita' dos mais pobres subiu para R\$ 80

O economista defende o que ele chama de "novas políticas sociais", como o Bolsa Família, que, na sua opinião, tem um efeito na redução da pobreza e da desigualdade muito mais intenso. Segundo ele, cada R\$ 1 gasto no Bolsa Família aumenta a renda dos pobres quatro vezes mais do que a mesma despesa em benefícios previdenciários (atrelados ao mínimo).

De qualquer maneira, os resultados do mercado de trabalho são positivos. A renda média mensal dos 50% mais pobres, que estava entre R\$ 55 e R\$ 60 (*per capita*) no início de 2002, hoje chega a R\$ 80. A família de Maria José Leite, de 24 anos, está entre as que tiveram ganho de renda. Depois de dez meses desempregada, ela conseguiu uma vaga como doméstica por um salário de R\$ 525. Maria é casada e diz que a vida do marido também melhorou nos últimos tempos:

— Ele arranhou um emprego há 15 dias em um restaurante para ganhar R\$ 500, mas agora vai ser promovido a garçom e passará a ganhar R\$ 900. ■

COLABOROU Ana Cecília Santos

Rio: pobreza é menor, mas salário recua

• A Região Metropolitana do Rio de Janeiro conseguiu uma redução significativa no número de trabalhadores pobres entre 2002 e 2006. Porém, não teve um desempenho tão favorável quando o critério é a renda média domiciliar *per capita* do trabalho. A análise regional feita pela FGV mostra que, entre junho de 2002 e junho de 2006, o rendimento dos fluminenses caiu 1,08% — o segundo pior desempenho, atrás apenas de Porto Alegre.

Mas o Rio conseguiu reduzir em mais de sete pontos percentuais o número de trabalhadores pobres: eram 27,49% em junho de 2002, parcela que caiu para 20,33% há dois meses. A diminuição da pobreza no Rio só não foi mais intensa do que na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde essa fatia caiu de 26,03% para 16,22%. Belo Horizonte, aliás, foi o grande destaque entre as seis maiores regiões metropolitanas do país: a renda média domiciliar *per capita* subiu 39,60% no período analisado. (L.R.)



Saiba mais sobre o estudo

A QUEDA DA DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Fatia da renda do trabalho apropriada (Em %)

Pelos 50% mais pobres

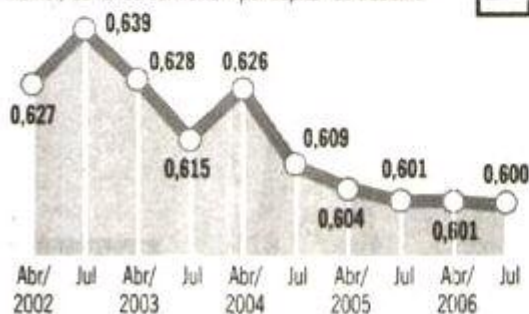


Pelos 10% mais ricos



ÍNDICE DE GINI

(termômetro da desigualdade; quanto mais perto de zero, melhor) da renda domiciliar "per capita" do trabalho



O IMPACTO DO SALÁRIO MÍNIMO NO EMPREGO

Percentual de vagas formais fechadas nas faixas salariais mais sensíveis ao reajuste do mínimo

Em 2005
(entre abril e julho, nas faixas salariais de R\$ 260 a R\$ 300)

14,15%

Em 2006
(entre março e junho, nas faixas salariais de R\$ 300 a R\$ 350)

19,13%

FONTE: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas